

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LEEDS, Elizabeth. Elizabeth Leeds II (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 31min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Elizabeth Leeds II
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Verônica R. Bevilacqua Otero Spicer;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 16/09/2011 a 16/09/2011

Duração: 1h 31min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Abertura política; Casamento; Ciência política; Ciências Sociais; Ditadura; Ensino superior; Estado e sociedade; Estados Unidos da América; Fascismo; Fundação Ford; Homenagens e condecorações; Língua estrangeira; Polícia; Portugal; Pós - graduação; Regime militar; Segurança pública; Sociedade civil; Universidade Federal de Minas Gerais;

Sumário

Entrevista: 16 de setembro de 2011: O nascimento em Massachusetts; a graduação em ciências políticas; a entrada na iniciativa do governo americano “Corpo da Paz” e a vinda para o Brasil em 1965; o casamento com Anthony Leeds, a volta para os Estados Unidos e o mestrado no Texas; a ida para Boston e a entrada no Massachusetts Institute of Technology (MIT) para o doutorado sobre a política no regime Salazar em Portugal; a volta para o Brasil após o fim do regime militar e os estudos sobre a relação favela-estado após a abertura política; o processo de entrada na Fundação Ford como program officer de governança e sociedade civil; o conceito de filantropia no Brasil; o porquê do apoio à sociedade civil; instituições, programas e pessoas importantes na área de sociedade civil em 1997; particularidades do programa Innovations in American Government; a relação entre diferentes escritórios da Fundação pelo mundo; o Grupo Brasileiro de Instituições, Fundações e Empresas (Gife); o investimento na área de segurança pública; o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp) e outros programas na área de reforma da polícia; a relação com José Marcelo Zacchi e Ana Toni; avanços na área de governança; a questão dos programas de prêmio; o conceito de accountability e a dificuldade em alguns termos de comunicação e de língua; o programa de governança após 2003; a saída da Fundação Ford, a volta para os Estados Unidos e a relação com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública; o impacto da Fundação Ford no debate das questões de segurança pública e das ciências sociais; o coronel Nazareth Cerqueira; a questão das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); o impacto do escritório brasileiro da Fundação Ford na sociedade; modelos brasileiros que foram exportados para outros escritórios da Fundação.

Entrevista: 16/09/2011

H.A. – A ideia, Elizabeth, é começar contando um pouco da sua vida, a sua trajetória até chegar à Ford, mas acho que a principal parte da entrevista será a sua vivência na Ford, a experiência e um pouquinho também depois, claro. Então, começando pelo começo.

E.L. – Séculos atrás. [risos]

H.A. – Falando um pouquinho da sua história de vida, onde nasceu, quando? Fala um pouquinho da família.

E.L. – Nasci no estado de Massachusetts. Não nasci em Boston, mas é perto e fui criada numa cidade perto de Boston e vivi lá até sair para fazer faculdade, mas minha primeira experiência com o Brasil foi logo depois de me formar...

H.A. – A senhora se formou em quê?

E.L. – Em ciências políticas. Entrei no *Peace Corps*, que era aquele programa do governo americano e por alguma razão queria vir para a América Latina, não sei por que, mas... Então estudei espanhol pensando que seria... E o primeiro *assignment* era para a Etiópia. [Risos] Então eu disse: “Muito obrigada, mas eu queria ir para a América Latina.” Então me deram o Brasil e tudo bem.

H.A. – A senhora não falava português ainda, mas...

E.L. – Então, vim aqui em 1965, muito inocente, ingênua, morei e trabalhei no morro Tuiuti em São Cristóvão.

H.A. – O que é que era o trabalho exatamente?

E.L. – O programa era meio saúde pública, meio, o que chamaram na época, desenvolvimento da comunidade, que podia ser qualquer coisa. [Risos] Na verdade, o grupo todo era para ir para o nordeste, uma área rural, mas como eles tinham vários voluntários aqui prontos para sair, tinham que substituí-los. Então, lá no final do treinamento colocaram oito pessoas para vir para o Rio, era tudo por acaso. [Risos]

H.A. – O Rio de Janeiro apareceu por acaso então.. E foi quanto tempo que a senhora ficou aqui nessa experiência?

E.L. – Bom, a experiência total era de dois anos, mas com o treinamento era um ano e meio.

H.A. – Então, mais ou menos, até metade de 1966.

E.L. – Isso.

H.A. – E o que é que te surpreendeu nesse momento em termos do que é que você esperava do Brasil e o que você...

E.L.- Primeiro, como o nosso treinamento era todo para a área rural, tudo era exótico, mas em termos de uma preparação para uma área urbana complicada, não tinha. Então, na época, conheci um antropólogo americano que estava aqui fazendo trabalho de campo, chamado Anthony Leeds, nós casamos e eu continuei. Depois, ele estava ensinando em uma universidade do Texas, então fui para lá e fiz mestrado, mas voltamos várias vezes para cá no final dos anos 60, até 1969, porque depois não podia voltar mais para fazer pesquisa por causa do regime militar.

H.A. – Pois é a senhora chegou aqui bem no começo do regime.

E.L. – É, porque era muito brando ainda quando eu... Mas fiz mestrado e...

H.A. – Em que área, também ciência política?

E.L. – Ciência política, tudo em ciência política.

H.A. – No Texas?

E.L. – É. A minha tese de mestrado era sobre a relação política favela-estado no Brasil, no Rio. Bom, passamos 15 anos sem voltar ao Brasil, porque não era possível e nesse meio tempo nós mudamos para Boston e para mim era uma volta para Boston. Aí entrei no MIT¹ em ciência política, para fazer um doutorado, que era sobre Portugal, não era sobre Brasil, porque na época era muito complicado voltar.

H.A. – Em que ano foi isso?

E.L. – Bom, entrei no programa em 1975, mas com dois filhos pequenos demorei bastante para terminar.

H.A. – E a senhora resolveu fazer sobre Portugal, já conhecia Portugal?

E.L. – Não, realmente não conhecia, mas achávamos que a língua era a mesma. [Risos]

H.A. – Muito bom, achávamos...

E.L. – A minha tese era sobre a política no regime Salazar, sobre emigração, quer dizer, eu chamei de exportação de mão de obra, porque realmente fez parte da política do regime.

H.A. – E no caso, a senhora foi a Portugal pesquisar?

E.L. – Passei um total de um ano e meio talvez, fomos toda a família, os dois filhos, mais ou menos em 1986, quando estava abrindo aqui no Brasil. Nós começamos a voltar e retomar assim as pesquisas...

¹ Massachusetts Institute of Technology.

H.A. – Que ficaram adormecidas, digamos assim.

E.L. – Isso. Então, nós passamos um ano letivo aqui em 1987, 1988.

H.A. – Em alguma universidade específica?

E.L. – Não sei se ele... Em 1969 ele tinha ensinado através da Fundação Ford por coincidência, ensinou no Museu Nacional, no primeiro curso de antropologia urbana do país. Então, na época, nem sei se eu tinha uma ligação formal com a universidade, talvez, não lembro bem como é que foi essa ligação, mas quando voltamos em 1988, seis meses depois ele faleceu. Então, naquela época comecei um trabalho, voltei para a MIT, onde era estudante, para ser diretora executiva do Centro de Estudos Internacionais. Isso foi em 1989, mas voltando em todas as minhas férias ao Brasil, porque naquele ano, 1987, 1988, a minha idéia, o meu projeto era retomar o mesmo projeto, essa relação favela-estado, para ver as mudanças depois da...

H.A – Da abertura.

E.L – Isso. Então, durante os primeiros anos dos anos 90, sempre no verão americano, voltei para trabalhar nisso. Bom, o edital para o trabalho na Fundação Ford foi em 1996, eu me apliquei e comecei aqui, tive a sorte de conseguir.

H.A. – Como é que foi esse processo? Você submeteu e teve várias entrevistas em Nova Iorque, como é que foi?

E.L. – Foi isso. As entrevistas na época, porque tem mudado o processo, você tinha quase dois dias de entrevistas com várias pessoas individuais e quem estava lá era o então chefe de escritório, Nigel Brooke, acho que vocês têm entrevista.

H.A. – A gente entrevistou ele.

E.L. – Então, não sei o peso de cada pessoa, mas ele me contratou e comecei em março de 1997, porque não podia sair imediatamente do MIT.

H.A. – Certo, e a senhora já entrou focando nessa área de *program officer*, sendo *program officer* de governança.

E.L. – Governança e sociedade civil, que realmente era o portfólio do Brad Smith, só que nesse tempo teve uma transição porque entrou uma nova presidente na Fundação Ford, então o programa mudou um pouco, mas realmente era a pasta dele.

H.A. – Certo, proponho aqui que a gente faça uma parada na sua história na Fundação, que a gente continua em seguida, para falar um pouco nesse programa desde que ele começou. Então, pela leitura que a gente fez dos memorandos, do livro de 40 anos e de 30 anos da história aqui no Brasil, me deu a entender que a gestão do Franklin Thomas à frente da Fundação foi muito importante para esse programa se alavancar, é verdade?

E.L. – É, mas só que houve uma distância de tempo muito grande entre a saída... Bom, quem assumiu foi Susan Berresford, que era vice, tinha passado quase a vida inteira profissional na Fundação. O programa era chamado antes: “Governança e Políticas Públicas”, então a ampliação do programa era para incluir a sociedade civil, porque a sociedade civil era muito importante na abertura. Então, para fortalecer um pouco as ONGs...

H.A. – Então esse nome ganhou peso aqui no Brasil?

E.L. – Isso, isso. Não, pera aí. Ganhou peso aqui no Brasil, mas também o programa era chamado assim em Nova Iorque, mas cada país tem suas...

H.A. – Particularidades.

E.L. – Isso.

H.A. – Porque essa transição de nome de políticas públicas para governança, se não me engano, foi exatamente em 1996, o ano em que a senhora entrou.

E.L. – Exatamente.

H.A. – Quer dizer, o ano que a senhora aplicou.

E.L. – Isso. Então houve algumas mudanças, quando você entra como *program officer*, claro que você está contratado porque você tem suas próprias idéias e poder de análise no seu programa, mas há sempre os projetos do *program officer* anterior. Então você não pode, mesmo querendo mudar um pouco o foco do programa, você não pode fazer isso de uma maneira abrupta. Então, fiz algumas mudanças no início, o que foi colocado na pasta, que não era o caso antes, era toda essa área de filantropia, que era uma palavra difícil no Brasil. [Risos]

H.A. – Exatamente, essa uma das perguntas que ia te fazer. Essa questão da filantropia que é tão cara nos Estados Unidos, que tem uma tradição muito forte nos Estados Unidos e aqui não. Hoje em dia talvez a gente já tenha uma história, mas não tinha.

E.L. – Então precisava procurar outro nome, porque a filantropia tinha um peso negativo, uma bagagem negativa muito forte.

H.A. – Como uma coisa assistencialista.

E.L. – Isso e corrupção em vários investimentos sociais, esse tipo de coisa. Então abri essa área, ampliei essa área.

H.A. – Certo, e a questão da sociedade civil, essa transição de nome, como se revelou no projeto em si, no programa em si?

E.L. – Bom, primeiro, essa coisa de investimento social, filantropia, para mim era incluído na questão da sociedade civil, mas era em termos gerais para fortalecer a sociedade civil organizada em termos de capacitação, de pensar como profissionalizar essas organizações, para

realmente fazer o que eles precisavam fazer. Eram várias maneiras de fazer isso, uma parte do meu programa era fomentar a participação, isso é o link entre sociedade civil e governança para fomentar a participação. Sempre para mim era participação para melhorar as políticas públicas, para criar certo controle social, fazer campanhas para políticas públicas mais justas.

H.A. – Então, de certa forma, essa mudança no nome do programa, apesar da política pública sair, é uma maneira de mostrar que a responsabilidade da sociedade civil também está...

E.L. – Exatamente, isso para mim era muito claro. Porque você está apoiando a sociedade civil? Qual é o motivo? Quais são as metas? Então, isso para mim era muito claro para fazer esse link sempre.

H.A. – Tinha também a questão muito forte, acho que no escritório brasileiro da Fundação Ford, que foi o foco dado às ciências sociais por muitos anos, que foi fundamental. Acho que a grande marca e a partir de um determinado momento, pelo que entendi, houve uma... Continuou sempre muito forte esse foco nas universidades, mas também uma preocupação em dar uma ênfase às ONGs, não é, que acho que foi um momento histórico ali também de pensar, mudar um pouco isso que acho que tem tudo haver com o seu programa.

E.L. – Acho que dar uma ênfase nas ONGs, para mim era dar ênfase na questão de justiça social, governança de qualidade, então, as ONGs eram o veículo para isso. Volto à minha preocupação de fazer esse link entre sociedade civil e governo. Para quê você está fortalecendo a sociedade civil se não é para fiscalizar, criar...

H.A. – Propor políticas.

E.L.- Isso, com ajuste social através de políticas públicas. Então, acho que foi mais isso.

H.A. – Certo. Falando um pouco das instituições e pessoas que a senhora apoiou nesse começo, vamos dizer assim, 1997, nesses primeiros momentos. O que a senhora destacaria como mais importante nessa época, na área de sociedade civil?

E.L. – Bom, eram as instituições que tinham sido apoiadas antes, a Abong², por exemplo, que era importante na época. Várias entidades, ONGs que tinham muito haver com o conteúdo do programa, por exemplo, o Brad tinha começado a apoiar projetos sobre orçamento participativo. Achei muito importante essa linha, então ampliei, porque não era só o fato de ter certa porcentagem do orçamento municipal, mas era a maneira de fomentar essa participação popular, era uma maneira de realmente formar as pessoas como seres políticos. Então, apoiiei o projeto do Ibase³, Inesc⁴ em Brasília e vários outros projetos que eram também para qualificar toda essa área de orçamento participativo, pesquisas sobre realmente o que dizer e qual a amplitude.

H.A. – Acho que teve experiências muito bem sucedidas em Porto Alegre, mas isso é uma coisa difícil de disseminar pelo país.

E.L. – Exatamente. E algumas tentativas de ampliar para o nível estadual, que é muito complicado. Então, era a maneira de ver um pouco mais, a maneira mais profunda, todo esse fenômeno, porque o fenômeno estava sendo exportado para o mundo inteiro. Mas acho que realmente tem problemas com isso. [Risos]

H.A. – Me fala um pouquinho disso, da complexidade dessa questão.

E.L. – Porque geralmente a exportação, até dentro do país, ninguém estuda o porquê realmente foi bem sucedido, quais as variáveis, as condições desse sucesso. Geralmente eles levam a idéia sem pensar muito nas condições locais, por que deu certo. Então, essa era a maneira de realmente pensar se é viável exportar...

H.A. – E levando em conta as particularidades de cada lugar.

E.L. – Isso.

² Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

³ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

⁴ Instituto de Estudos Socioeconômicos.

H.A. – É interessante essa questão que a senhora falou, acho que também é o momento de se pensar uma descentralização dos poderes locais, do fortalecimento dos poderes locais a partir da Constituição de 1988 também...

E.L. – Exatamente. Isso foi fundamental na área, focar um pouco sobre o governo local, e o programa mais destacado nessa área era o da FGV São Paulo, do Peter Spink. Você deve ter aí o nome do programa. Então, era um programa chave em termos de...

H.A. – E teve uma questão também de uma inspiração, que acho que era um foco até da Fundação Ford, global, do programa *Innovations in American Government*.

E.L. – Isso.

H.A. – Acho que foi um modelo também a ser exportado.

E.L. – Era, começou nos Estados Unidos.

H.A. – Me fala um pouquinho desse programa.

E.L. – Bom, a ideia foi realmente criada na época do presidente Reagan⁵, que diz que o governo não era solução, era problema. Então, era um pouco para reverter esse pensamento que foi criado o programa que começou e quem administrou o programa lá era a Kennedy School em Harvard. Logo em seguida, não sei quantos anos depois, começou nas Filipinas e o Brad também começou o programa aqui. Ele tinha escolhido a FGV São Paulo, Gestão Pública e Cidadania, esse era o nome do programa.

H.A. – Certo.

E.L. – Mas ele saiu logo em seguida. Então, passei todo o meu tempo na Fundação, era muito ligado a esse programa.

⁵ Ronald Wilson Reagan.

H.A. – Certo. E as particularidades brasileiras nesse programa, o que é que a senhora destacaria? Daria para usar esse nome? É uma versão brasileira desse programa?

E.L. - Gestão Pública e Cidadania?

H.A. – É do *Innovations*... É uma utilização brasileira dessa idéia?

E.L. - *Innovations in local Government*. Bom, os Estados Unidos já eram descentralizados de certo modo, mas esse processo de descentralização estava acontecendo em vários lugares, inclusive nas Filipinas e por isso que fez sentido abrir esse programa nas Filipinas. Foi a segunda, o primeiro foi nos Estados Unidos e foi ampliando, tinha uma versão no México, porque também estava passando por um processo um pouco parecido de descentralização, China, Rússia, vários. Depois, durante esse tempo nós criamos um tipo de rede de programas de inovação mundial.

H.A. – Que dialogavam.

E.L. – Isso, e se reuniam, assim, com certa frequência para compartilhar experiências.

H.A. – E sempre apoiados pela Ford, ou por também os países?

E.L. – Era mais pela Ford. Mas o que achei interessante e o Peter Spink sempre... Porque era muito fácil usar a expressão “experiências bem sucedidas”, quer dizer, que você escolhe o melhor para... Ele sempre diz que realmente esse conceito de “experiências bem sucedidas”, *best practices* em inglês.

H.A. – É relativo.

E.L. – É, porque a ideia não é... Porque pode ser um *best practices* em algum momento político, numa próxima gestão já não é o *best practices*, não é? Então, a ideia não era de escolher o *best*, os melhores, porque isso é uma ideia de exclusão e ele queria fazer um programa de inclusão.

Quer dizer, que esses programas se reúnem e um aprende do outro, então, a idéia era realmente não só o prêmio, que era um prêmio de *best practices*, mas criar uma rede também ao longo dos anos de todos os projetos que eram escolhidos, também para um aprender com o outro. Então isso para mim era muito importante, porque essa ideia de *best practices* era adotada pelo Banco Mundial, várias instituições que o foco era errado, porque a questão não é *best*, o melhor, mas é porque pode ser que... E também toda a questão de inovação, o que é uma inovação em algum momento já não é mais inovador no outro momento, mas em certos contextos, por exemplo, em cidades pequenas, inovação para eles realmente era uma inovação que numa cidade grande já passou. Não sei se estou sendo clara?

H.A. – Muito clara.

E.L. – Então, acho que o Peter conseguiu adaptar esse conceito ao Brasil muito bem.

H.A. – Falando inclusive dessa questão das trocas dos diferentes escritórios da Fundação pelo mundo, a senhora sentia que no seu momento havia... Pelo que a gente conversou com outras pessoas, teve um momento que isso começou a fluir melhor, mas que no começo não tinha muito.

E.L. – Quando entrei acho que já era uma prática e foi organizada através de áreas temáticas, por exemplo, o que eles chamam de *learning groups*. Então, por exemplo, a questão de orçamento, foi criada uma entidade, primeiro os *program officers* da Fundação Ford se reunião sobre a questão de orçamento no mundo inteiro e convidaram os *grantees* que estavam trabalhando nessa área para troca de... Mesmo com inovações, esses programas de gestão pública, *local Government Innovations*, e em várias áreas, mas isso foi uma época dourada. [Risos] Agora... Viajamos bastante, mas também era muito caro para fazer isso. Então essas mudanças com a atual gestão, acho que essa questão de viagem é muito mais...

H.A. – Por outro lado, é muito mais fácil a comunicação com a tecnologia.

E.L. – Claro, com o *video conferencing* é mais fácil, não é a mesma coisa, mas... [Risos] O processo é mais centralizado agora, por isso as pessoas vão para Nova Iorque e não para o mundo inteiro.

H.A. – Entendi. Pois é, uma coisa que ia perguntar é em relação aos outros escritórios da América Latina, que talvez em algumas questões tenham situações parecidas, por exemplo, a Argentina que tinha, hoje em dia não tem mais, saindo de uma ditadura também, enfim, Chile, todas as semelhanças políticas...

E.L. – Claro. Bom, questões de orçamento tinham várias, mais no México, questão de segurança pública também era mais no Chile, mas então há certos paralelos entre os escritórios da América Latina com suas diferenças.

H.A. – Em termos de ser uma Fundação norte-americana, o Brasil tem muito, pelo menos tinha, às vezes, certa reserva no sentido de ser ensinado, “os imperialistas”. Esse tipo de questão, a senhora como norte-americana, chegando ao Brasil e já tendo experiência com uma ONG aqui, como é que a senhora sentia isso com os donatários, com os *grantees*? Havia um momento de familiarização, conquista e perda de confiança, como é que era?

E.L. – Para mim não. Acho que não era tanto assim, como já tinha... Claro que não conheci todos os *grantees*, mas conheci várias entidades, eu não tinha entrado nessa área de segurança pública ainda, mas...

H.A. – Isso aí a gente ainda vai conversar.

E.L. – Mas em várias entidades eu já conhecia pessoas, o Ibase, pós Inesc, já tinha, porque nos Estados Unidos foi fundada nos final dos anos 80 uma ONG chamada *Brasil Network*, a idéia era de uma entidade americana, mas para apoiar, em solidariedade às ONGs brasileiras que estavam emergindo. Então, eu fiz parte, era vice-presidente, fiz parte do conselho. Então através dela já tinha conhecido várias ONGs. Isso me deu certa...

H.A. – Essa sua experiência foi anterior à Ford, ou foi concomitante?

E.L. – Do Brasil *Network* foi anterior. Então isso para mim deu certa vantagem, porque conheci vários grupos que seriam meus *grantees* depois. [Risos]

H.A. – Certo, interessante, então a senhora foi um bom nome para a Fundação nesse sentido de já estar familiarizada com as entidades brasileiras e com a realidade brasileira. Falando um pouquinho de outros... A senhora falou da Abong, do Ibase, queria que falasse também um pouquinho do Grupo Brasileiro de Instituições, Fundações e Empresas, o Gife⁶, porque acho que também foi marcante, uma participação em relação à filantropia, essa discussão.

E.L. – Realmente, como toda essa questão de investimento social, filantropia, era nova, foi o Brad que tinha dado o primeiro *grantee* para o Gife. A ideia era tentar ampliar a estrutura para que o Gife fosse uma entidade básica para essa área, mas era sempre uma luta para convencer essas fundações e institutos de pensar numa maneira não tradicional nessa área. Mas também apoiamos, por exemplo, todo o programa de legislação sobre incentivos fiscais, que é... Bom, há várias pesquisas que mostram, quer dizer, que essas iniciativas fiscais realmente ajudam as pessoas, entidades e empresas a doar, ou não, porque era uma coisa, a opinião oposta é que essa coisa de doar vem de dentro, não é dependente na questão de incentivo fiscal.

H.A. – Acho que na cultura a gente vê muito isso no Brasil, que virou uma área totalmente dependente de incentivo fiscal hoje em dia com a lei Rouanet.

E.L. – Isso, mas esses incentivos fiscais eram muito restritos, então a ideia era de primeiro estudar e depois promover uma legislação mais aberta para incentivos. Então, era esse tipo de coisa que acho que o Gife tinha um papel, também apoiei o Ethos⁷, porque toda essa questão de responsabilidade social...

H.A. – Também era uma novidade no Brasil.

⁶ Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

⁷ Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

E.L. – Também era certa controvérsia, porque há tanta evasão em termos de pagar os impostos que, por exemplo, tinha muita crítica: “Porque você está incentivando isso, quando essas empresas não pagam os impostos?” E há uma certa questão de: “Ah, isso só é marketing.” Que é uma hipocrisia porque eles tem um marketing muito bonito em termos de: “Ah, estamos fazendo isso, isso e isso.” Mas quando você vê de fundo as práticas continuam as mesmas, mas então havia um certo equilíbrio para estimular isso, mas tentando manter o sentido verdadeiro desse conceito.

H.A. – Certo, não desvirtuar.

E.L. – Isso.

H.A. – Realmente é uma discussão muito ampla até hoje em dia no Brasil, essa questão de responsabilidade social.

E.L. – E pode dizer muita coisa, mas fez parte daquela parte do portfólio que era a filantropia/sociedade civil.

H.A. – Vamos entrar um pouquinho então na área de segurança pública, que acho que é a gente já falou, uma menina dos olhos do seu programa.

E.L. – Bom, acho que...

H.A. – Como a senhora percebeu... Como eu te disse. A Silvia Ramos conversando um dia com a gente falou: “Nossa, a Elisabeth Leeds foi fundamental para essa área se consolidar no Brasil.” Como é que a senhora se deu conta dessa necessidade de começar praticamente um investimento nessa área?

E.L. – Acho que tudo vem das raízes, das minhas raízes, como tinha experiência nas favelas nos anos 60, depois minha tese e voltei em 80, como falei, em 1987, 1988, para refazer essa pesquisa e foi naquela época que eu...

H.A. – Percebeu o que aconteceu ali.

E.L. – Isso. A questão não era a abertura, a questão era a presença do tráfico mais a atuação da polícia, atuação negativa da polícia, que era grande parte do problema.

H.A. – Como é que isso apareceu nessa volta da sua pesquisa? Vamos falar um pouquinho dessa coisa inicial que te fez atentar para o problema, não é? Porque a senhora veio no meio dos anos 60, conheceu a realidade das favelas, voltou no final dos anos 80 e percebeu que alguma coisa estava ainda mais complicada ali. Como é que isso apareceu na sua pesquisa? Quais foram as conclusões?

E.L. – Bom, a minha conclusão era que a presença do tráfico e essa atuação negativa da polícia, que um reforçou o outro. Porque o meu interesse não era nem... O básico era a questão de democracia ao nível local, quer dizer, ao nível da comunidade, das associações de favela. A tese era sobre isso. Então, a ideia de ver o que aconteceu com essa questão, democracia ao nível local, com essas variáveis novas? A ideia era que a presença do tráfico estava enfraquecendo esse processo de democracia ao nível local, foi publicado primeiro na revista *Latin American Research* e depois republicada no livro da Alba Zaluar e do Marcos Alvito. Então, me dei conta e quando houve essa possibilidade de trabalhar na Fundação eu sabia que queria trabalhar nessa questão da polícia, de segurança pública, porque era uma variável que era possível talvez, eu sempre era muito otimista, começar a mudar essa parte do problema. O tráfico era outra coisa, mas em termos de segurança e polícia achei que era possível começar. É um processo muito longo, leva gerações.

H.A. – Uma questão imagino também de monitoramento, que não devia existir consolidado, de números mesmo, da questão policial desde mortes... Ontem inclusive, estava em um seminário, sobre pesquisas em favela que a Silvia participou também e ela estava falando...

E.L. – Lá no BNDES⁸?

⁸ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

H.A. – Isso, no BNDES, eu fui lá e a Silvia estava falando da quantidade de... Fiquei muito impressionada com esse número de 2001 a 2010, foram mais de 6.000 mortes por PMs⁹ e isso é o número da polícia, não é um número de outra instituição, a própria polícia. Caramba, é um número muito significativo. Isso no Rio de Janeiro.

E.L. – Claro.

H.A. – Imagino a senhora que estava ali convivendo exatamente, descobrindo esses números junto com as investigações.

E.L. – O problema é que os números, uma das coisas para investir na qualificação de dados, de informação, porque os números eram muito suspeitos. Bom, claro que esses números altos todo mundo sabia que realmente era verdadeiro, mas há várias maneiras de as entidades de segurança pública maquiarem. Então, não era só no Rio, era a minha sorte, entre aspas, 1997 era um ano de crise da polícia, várias greves, um policial de Minas Gerais foi morto, mas essa crise sempre dá certa abertura em termos de... Aparecem as pessoas dentro da polícia que realmente tem uma agenda mais progressista, moderna, mesmo sem o espaço político para agir, mas esses que aparecem... Então, deu uma oportunidade de começar a pelo menos ter a conversa com essas pessoas sobre o que tem que ser feito, porque me deu conta que com toda a reputação negativa da polícia há pessoas dentro das corporações, dentro da polícia civil que realmente tem uma cabeça diferente e que realmente o que estava faltando eram várias coisas. Era aquele momento político, a hierarquia geralmente era cabeça do século passado, recursos como até a literatura traduzida que não existia. Tinha certa fome para esse tipo de coisa que eles não estavam recebendo.

H.A. – Isso em termos nacionais, também tinha muita diferença regional nesse sentido? Se o Rio era assim em outras regiões era até pior? Como é que era?

E.L. – Até pior, ou, até melhor, não é? [Risos] Na época e por vários anos o modelo potencial de mudança era em Minas.

⁹ Policiais Militares.

H.A. – O Crisp¹⁰.

E.L. – O Crisp. Isso também, mas a polícia lá tinha várias cabeças pensantes dentro da polícia e deu para avançar. Então, o Rio para mim durante esse tempo era quase um caso perdido. Eu apoiei vários projetos no Rio, mas eram realmente poucos. Um dos talvez, na época, mais bem sucedidos era o programa da UFF¹¹, do Roberto Kant de Lima, de formação de oficiais, que formou várias pessoas que hoje em dia no Rio são essas cabeças mais progressistas. Mas realmente Minas era... Rio Grande do Sul, na época, também era mais promissor em termos de formação, em termos de possibilidades de criar outra mentalidade.

H.A. – Certo, e aí tinha um investimento nas universidades, centros de estudos das universidades dessa área e imagino que o diálogo desses centros com a polícia também tivesse uma participação até mesmo de comunicação, como fomentar essa comunicação entre eles, não é?

E.L. – Exatamente. É realmente, bem no início do meu tempo na Ford, tinha em mente um modelo de duas entidades dos Estados Unidos que a Ford tinha apoiado nos anos 70. Uma era chamada *Police Foundation* e outra que era chamada PERF, *Police Executive Research Forum*, que deu apoio aos policiais dos Estados Unidos de várias maneiras, fazendo pesquisa, incentivando a polícia a fazer pesquisa. Então, essa ideia era para mim um modelo para em algum momento criar uma entidade como essa aqui, só que o *timing* não era melhor quando comecei, tinha que ter uma liderança, um policial realmente que pudesse levar essa ideia para frente. Mas, outra alternativa era criar essas parcerias entre polícia e universidade, por várias razões, uma era que esse antagonismo entre polícia e universidades histórico, por razões óbvias, achei que tinha que ser rompido. Então, houve várias possibilidades, uma era o Rio Grande do Sul, Minas, aqui no Rio era a UFF, Pernambuco também tinha certas possibilidades. Não sei se você viu os documentos, os relatórios que fiz sobre a estratégia.

¹⁰ Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – Universidade Federal de Minas Gerais.

¹¹ Universidade Federal Fluminense.

H.A. – Pois é a gente não teve acesso, a gente teve acesso a alguns, mas não todos ainda, porque, enfim, está agora em reformulação lá, mudança de direção.

E.L. – Vou mandar o que tenho. Dois: um é um artigo que publiquei; e o outro, era um pouco da estratégia e todos os projetos que apoiei nessa área, que são ligados à estratégia.

H.A. – O que eu vi foram 22 ações separadas, só nessa área de reforma da polícia, que foi um número que peguei em 1997, que acho que foi esse marco inicial.

E.L. – É, mas cresceu bastante depois, até 2003, quando sai. A ideia era fomentar essas parcerias, porque a formação da polícia na época era quase exclusivamente nas academias, com treinamento fechado, com foco militar e jurídico. E o grande barato do programa da UFF, por exemplo, era o conteúdo do curso, um curso de especialização para oficiais, polícia civil ou gestores nessa área, acho que nenhuma matéria era sobre polícia, era mais sobre sociedade, sobre gestão. Era para dar outra visão.

H.A. – Dos dois lados realmente se aproximarem, não só o policial abrir um pouco, mas a universidade também começar a cuidar um pouco dessa área.

E.L. – E era um momento propício para isso. Acho que hoje em dia nem essa ligação formal entre polícia e... Porque aquele programa até veio para a FGV, mas o foco era mais gestão. Eram vários projetos nessa área de criar essa parceria. Outro que achei que nunca avançou como devia ter avançado é toda essa questão de controle social. O monitoramento que ainda é muito importante e que acho que podia ser apoiado.

H.A. – Com mais força.

E.L. – Isso. Eu podia falar mais sobre o programa, mas quando eu saí passei um tempo para refletir sobre esse programa de segurança pública e as minhas estratégias. Foi nesse tempo que, por acaso, cruzei com o Zé.

H.A. – José Marcelo Zacchi.

E.L. – Isso. Esse foi um seminário em São Paulo, em Conectas, o tema era direitos humanos e segurança pública. Tomamos um *drink*, estávamos lamentando os avanços e os retrocessos naquele momento, acho que foi logo depois da saída do Luiz Eduardo Soares de Brasília.

H.A. – O Zé também foi. Não é?

E.L. – Exatamente. Estávamos pensando: “Será que seria o momento para reunir todas essas pessoas, que na última década tinham agido nessa área para fazer um balanço?” A Ana Toni estava nessa reunião, nós sugerimos um encontro. Ela topou e tiveram duas ou três reuniões na Fundação Ford só com as pessoas do país inteiro que eu tinha apoiado, policiais e acadêmicos, pessoas da sociedade civil que tinham agido nessa área. E com esperança nenhuma que isso...

H.A. – Fosse para frente.

E.L. – Isso. [Risos] Então, para a nossa surpresa realmente há uma fome para continuar a conversa. Ana também apoiou um projeto de planejamento, *planning grantee*, para a ideia de criar uma identidade. Então, foi para frente.

H.A. – Certo, agora, voltando um pouquinho à área de governança, até 2003, digamos aí que foram cinco anos. Quê avanços que a senhora identificou nesse período no programa? Queria que a senhora falasse um pouquinho também do depois que a senhora saiu, sei que esse programa acabou não continuando depois de um tempo. Então, qual é a percepção sobre isso?

E.L. – Acho que esses vários componentes do programa sobre governança... Achei... O que queria fazer era criar laços entre as várias partes, por exemplo, essa questão de orçamento que achei importante apoiar, mas, como falei antes, era uma maneira de apoiar a sociedade civil, as pessoas não do governo, para participar e aprender. Então, acho que era uma certa convergência entre essas... Pelo menos era o que eu queria. E o programa Gestão Pública a Cidadania, acho que eram 10 anos dando prêmio. Acho que a ideia de dar prêmio tem certo valor por certo tempo, mas se você continua dando prêmio isso quer dizer o quê no final? Então, a ideia era criar um centro, parar de dar prêmio, mas usar o que foi aprendido em todo esse tempo, porque

eles criaram uma base de dados, fizeram várias pesquisas sobre a questão de governo local, inovação, pegar todo esse conhecimento e não parar de pensar na questão de governo local, mas aprender o que esses prêmios têm ensinado.

H.A. – Isso aconteceu em alguma medida, mas a senhora acha que o foco no prêmio acabava ofuscando isso?

E.L. – Não, acho que o foco no prêmio tinha seu momento, porque o prêmio deu essa oportunidade de destacar e aprender, porque o prêmio era mais um veículo para saber o que existe lá fora e apoiar as pessoas que talvez não tivessem chegado àquele momento, mas que podiam aprender uns dos outros. Mas como falei antes, o que é uma inovação em algum momento, em outros momentos não é, mas isso não quer dizer que não é possível aprender dessas experiências e adaptar, porque o que serve para um local em um momento, não é necessariamente a mesma coisa para outros locais e outros momentos.

H.A. – Certo, e a senhora acha que durante a sua participação ali no programa isso aconteceu?

E.L. – Acho que sim. Agora, não tenho acompanhado, nem sei como ficou, acho que foi criado o centro lá que ajudei, mas não tenho acompanhado.

H.A. – Certo, nesse caso, dessa questão da área de gestão, mas as outras, por exemplo, em relação às ONGs acho que foram muito importantes ali certos apoios dados e o foco nelas. Como é que senhora avalia isso?

E.L. – Acho que era certa, como se diz, conexões, só para dar um exemplo, umas das entidades que apoiei era a Fundação Abrinq¹², não do ponto de vista da filantropia, mas do ponto de vista do programa de prêmio. Era chamado, esqueci o nome do programa, mas era também um programa de prêmio para as prefeituras que estavam fazendo bons programas na área de criança e juventude. Então, quando eles estavam começando eu até sugeri o pessoal lá da Abrinq, falei

¹² Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

com o Peter para um modelo de prêmio. Aquilo que você faz, como é que você pensa a ideia do prêmio. Então, esse era um exemplo de uma ligação entre a questão...

H.A. – Certo, não teriam diálogo normalmente, mas...

E.L. – Porque realmente era uma questão de *governance*, de gestão local, mas através de uma entidade que era apoiada pelo setor privado. Então, não sei se...

H.A. – Esse é um bom exemplo de diálogo realmente, de fomentar o diálogo entre os apoiados.

E.L. – Isso. [Interrupção para troca de fita]

[FIM DO ARQUIVO 1]

E.L. – (...) em termos linguísticos, em termos culturais. Então todas as tentativas, acho que chegou a certo ponto, mas realmente não é fácil.

H.A. – Talvez essa comemoração em conjunto seja um pouco para marcar essa...

E.L. – Ou, não. [Risos]

H.A. – Tem uma pergunta que acabou ficando e que gostaria muito de fazer para a senhora. É a questão da palavra *accountability*, que a gente não tem em português e fiquei pensando se de certa forma isso é simbólico, porque, por exemplo, a gente tem a palavra saudade que tem em português e não tem nas outras línguas, mas a gente não tem *accountability* e a gente acaba traduzindo meio como transparência, mas não é só isso. Enfim, queria que a senhora falasse um pouco dessa dificuldade até, às vezes, em termos de comunicação e de língua, não é?

E.L. – É realmente não existe, mas acho que o conceito de *accountability* era integrador, por exemplo, de vários projetos, programas. Por exemplo, essa questão de orçamento, eu sempre volto à questão de orçamento, mas é uma maneira de estimular *accountability*.

H.A. – Claro.

E.L. – Mas primeiro você tem que, em termos de cidadania, você tem que passar por certa formação como cidadão. Como não é uma tradição, ou até, por exemplo, mesmo falando da questão da polícia, para a ideia de você como cidadão ter o direito de questionar, de fazer um controle social, de fazer isso. Isso em si é uma novidade, mais ou menos, por exemplo, toda a questão de controle social sobre a polícia, a ideia que, por exemplo, nas áreas de favelados, que sofrem mais, que sofriam mais nas mãos da polícia. A ideia de você como cidadão ter direito a protestar, isso era uma coisa para ser trabalhada, porque não era. De alguma maneira era obvio, mas em termos de prática era importante em várias áreas: orçamento, polícia, saúde. Esses conselhos que foram criados com a abertura, na época era uma inovação.

H.A. – Pois é tão importante e a gente continua aí nesse caminho contra a corrupção, que continua tão marcante no país, a pesar de todos esses conselhos, de todas essas tentativas de se acompanhar mais de perto.

E.L. – Eu não sei, [risos] estou só lendo o jornal de hoje, tem o ministério do turismo, todas essas... Se há mais corrupção ou se está sendo descoberto através da... Não sei se é talvez essa questão da sociedade civil monitora, mais do que antes, que é mais evidente.

H.A. – Essa pergunta que fiz no final do bloco anterior, digamos que é em relação ao programa de governança, que hoje não existe mais, pelo menos com esse nome na Fundação. Depois de 2003, como é que foi? A senhora acompanhou a história desse programa depois da sua saída?

E.L. – Bom, um pouco, claro que cada um... Como Ana assumiu não somente como representante, mas também o programa. Cada pessoa tem suas preocupações e eu tenho que dar muito crédito à Ana em termos de segurança pública, por exemplo, porque ela entrou não conhecendo nada sobre o assunto e disse: “Vamos pensar em quais são as entidades que você acha que devem ser apoiadas?” Mas não ia crescer essa área, acho que aos poucos ela foi reconhecendo a importância dessa área. Então, ela manteve um pouco esse foco, mas também tinha os interesses dela, os interesses no bom sentido, porque se você contrata uma pessoa só para administrar programas que outra pessoa tinha pensado, isso não tem graça. [Risos] Acho

que talvez seja uma mudança dentro da Fundação em termos gerais, não só Brasil, mas em termos da Fundação de Nova Iorque. A grande vantagem para nós era ter certa independência, autonomia, por exemplo, toda essa ideia de segurança pública, que quase não existia antes, mas eu tinha muito apoio de Nova Iorque para essa área e não sei se existe essa autonomia hoje em dia.

H.A. – Certo. A mudança de foco em governança, a senhora acha então que não é uma coisa só do Brasil, foi um movimento mundial?

E.L. – Acho que sim. É outra maneira de pensar como uma fundação internacional, pelo menos, com laços internacionais devia agir.

H.A. – No caso, depois de 2003, queria que a senhora contasse um pouquinho da sua história pós-fundação. O que é que essa experiência da Fundação te trouxe de ganho para o resto da sua trajetória e seus laços com o Brasil, por exemplo, o fórum¹³? A senhora continuou com as suas preocupações em relação ao Brasil? Como elas continuaram?

E.L. – Bom, acho que o fórum me deu a possibilidade de criar, o fórum me deu um enfoque e é também um veículo para manter esses laços, porque realmente o fórum para mim era uma continuidade desse trabalho que tinha feito nesses anos na Fundação Ford. E era, porque quando você vê quem são os fundadores do Fórum, eram os *grantees* que tinham nos apoiado, porque, como falei, acho que essa área vai levar outra geração para realmente... Mas acho que quando você vê, por exemplo, o processo de reforma da polícia dos Estados Unidos também eram décadas de...

H.A. – Claro, não, é sempre.

E.L. – Então, isso para mim nesses anos todos... Bom, o fórum formalmente foi criado em 2006, mas foram quase dois anos de preparação. Então, o fórum tem me dado essa possibilidade de manter os laços com o Brasil.

¹³ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

H.A. – Certo. Mas aí, saindo da Fundação a senhora voltou para os Estados Unidos...

E.L. – Voltei para Nova Iorque, sou de Boston, como falei, mas pensei: “Bom, ainda tenho energias hoje para enfrentar Nova Iorque.” [Risos] Então, mudei para Nova Iorque, tinha uma bolsa, um *grantee* da Fundação por dois anos, para um pouco continuar nessa área de segurança. Então, fiquei como *visiting scholar* na *New York University*.

H.A. – Isso com uma bolsa da Fundação Ford?

E.L. – Isso, e foi nesse momento que escrevi um pouco e também foi criado o fórum. Foi em, deixa eu ver, saí em setembro de 2003, então fui até 2005 com essa bolsa.

H.A. – Em 2006 o fórum foi criado.

E.L. – Isso. Foi formalmente criado, mas houve todo um trabalho antes para criar a estrutura e o *timing* era fantástico, porque o Brad Smith ia sair da Fundação quando foi no final de 2005, e ele ajudou bastante antes de sair, conseguiu o primeiro financiamento. Então o *timing* era muito bom isso e desde então tenho me dedicado ao fórum, além dos meus netos. [Risos] Tempo para fazer isso, porque eles moram na Califórnia, então...

H.A. – Olha só! Então a senhora fica entre Brasil, Nova Iorque ainda?

E.L. – Continuo em Nova Iorque, mas pretendo mudar de volta para Boston, porque tenho um filho que vai casar agora e espero que me dê mais netos. [Risos]

H.A. – Desde que a senhora saiu em 2003, tanto em termos de governança, do governo Lula e em termos de polícia, a realidade do Rio de Janeiro, gostaria que a senhora comentasse um pouquinho dessa nova fase que estamos vivendo em relação às UPPs¹⁴ e toda essa esperança e todos os questionamentos que já estão sendo feitos em relação a isso. Então, vamos falar um

¹⁴ Unidade de Polícia Pacificadora.

pouquinho antes, desde o seu afastamento, totalmente entre aspas, do Brasil, como é que a senhora lá dos Estados Unidos acompanhando aqui pelo fórum viu essa questão da governança a partir de 2003?

E.L. – Bom, é um pouco difícil de manter um... A questão de governança, acho que em termos gerais, não sei se estou dando crédito demais à Fundação, mas quando você vê todos os anos durante a abertura, mesmo durante o regime militar, o tipo de apoio que a Fundação deu, acho que os frutos desse apoio apareceram com a eleição do Lula. Não estou dizendo que a Fundação era a causa disso. Todos esses processos de apoiar a sociedade civil, apoio às ONGs mais importantes nessa época, Abong¹⁵, Fase¹⁶, Ibase¹⁷, Inesc¹⁸, todas que agiram muito nessa época e também o apoio das ciências sociais no Brasil, que falamos rapidamente. Acho que o apoio que a Fundação deu às ciências sociais não era só para as ciências sociais, mas várias pessoas que fizeram mestrado e doutorado, que entraram em termos de sociedade civil, entraram como ongueiros de qualidade.

H.A. – E até participação em governos também, não é?

E.L. – Exatamente. Então, acho que você vê essa trajetória dos anos 70 para agora, todo esse apoio que a Fundação deu, estamos vendo os frutos, mesmo com todos os problemas de corrupção, mas acho que é um processo muito longo.

H.A. – É o amadurecimento de uma sociedade civil, que mal ou bem, começou recentemente, digamos que a Constituição de 1988 é um marco, mas é pouco tempo.

E.L. – Nesse momento o Fórum Brasileiro de Segurança Pública está publicando um livro sobre pioneiros na academia sobre segurança pública, estou fazendo o prefácio. O que é interessante, impressionante, é que o número de vezes... São quantas pessoas? São 13, 14 pessoas que foram entrevistadas e o número de vezes que eles mencionam, *não* especificamente na área de

¹⁵ Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

¹⁶ [Fundação de Atendimento Sócio-Educativo](#).

¹⁷ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

¹⁸ [Instituto de Estudos Socioeconômicos](#).

segurança pública, mas na formação deles, como a Fundação Ford era importante porque deu uma bolsa quando estavam estudando, e depois que eles entraram nessa área de segurança pública. Mas isso tudo é um passo...

H.A. – Formação.

E.L. – Isso.

H.A. – As ciências sociais caminharam... A segurança pública caminhou muito junto com... Todo esse apoio à universidade, mas já estivesse muito próximo.

E.L. – Isso. E as pessoas que entraram nessa área, acabaram trabalhando na área, mas entrou antropologia, sociologia, história, com o apoio da Fundação Ford que deixou sobreviver e cresceu. Falei de Minas, por exemplo, é importante Minas nessa área de segurança pública, mas a Universidade Federal de Minas tinha muito apoio da Fundação Ford nessa área de ciências sociais, que duas décadas depois, a conexão não é direta, mas você faz uma radiografia e pega todos os nomes e o apoio que eles receberam, dá para notar a importância.

H.A. – É interessante que essa didática dá uma possibilidade interdisciplinar também na área de segurança pública, assumir várias frentes pensando nisso.

E.L. – Exatamente.

H.A. – E a questão do Rio de Janeiro, como é que a senhora está vendo, inclusive também nesse sentido da participação, desse legado da Ford no que estamos vendo hoje?

E.L. – Bom, acho que estou vendo isso com certo otimismo qualificado. [Risos] Acho que a ideia em si é... Tenho esperança que todos esses problemas que estão sendo enfrentados hoje, ao longo do tempo, vão ser conquistados, vão ser melhorados, não é? Acho que é uma ideia cujas raízes eram de uma pessoa muito querida, que estou fazendo a biografia, o coronel Nazaré Cerqueira.

H.A. – Pois é, seria importante a gente falar dele. Ele teve uma bolsa, não foi isso?

E.L. – Teve uma bolsa da Ford para visitar os Estados Unidos, de onde trouxe materiais que depois traduziu e foram publicados nas publicações da polícia. É até um dos projetos que eu apoiei. Deixa eu falar um pouco sobre como conheci ele. Eu conheci ele pela primeira vez em 1997, 1998, na época que estive fazendo a pesquisa aqui e ele era ainda da corporação. Esse foi o primeiro momento. O segundo momento era em 2003, 2004, depois de entrar na Fundação. Ele já tinha saído da polícia e estava no Instituto Carioca de Criminologia, do Nilo Batista, e ele me viu e pediu apoio para uma série de publicações que achava importante para a polícia. Era chamada *Polícia Amanhã*, era para ser 12 volumes, cada um com uma temática específica, algumas traduções, alguns artigos dele, ele escreveu muito. Um era sobre polícia e direitos humanos, questão de gênero, criança, questão de criança adolescente, uso de força, vários. Então eu topei. Por quê? Em parte porque eu tinha conhecido ele e sabia um pouco sobre o pensamento dele e a influência. Ele foi assassinado em 1999. Então foi bem no início, confundi as datas, deve ter sido em 1998 que ele... Eu entrei em 1997, então deve ser. Ele deixou publicados seis volumes dessa... Dentre os policiais, hoje em dia, da nova geração que eram alunos dele, eram seguidores dele, o que Jaqueline Muniz falou: “Os filhos de Nazaré” [Risos], que têm nesse momento certo espaço dentro da corporação, daqui a dois anos pode ser que não exista mais esse espaço. Até, quando entrevistei o coronel Robson que é...

H.A. – Da UPP¹⁹.

E.L. – (...) sobre o Nazaré Cerqueira, a primeira coisa que ele fez foi tirar a revista da polícia militar com a capa do Cerqueira, que era claro, a grande influência.

H.A. – A senhora está escrevendo a biografia dele?

E.L. – Estou.

H.A. – Interessante.

¹⁹ Unidade de Polícia Pacificadora.

E.L. – Lentamente. [Risos] Mas, em termos de uma biografia bem contextualizada, em termos dos desafios de mudança institucional de uma instituição como a polícia.

H.A. – Aquilo que a senhora falou anteriormente de como nesses momentos de crise certas pessoas sobressaem, imagino que ele fosse uma.

E.L. – Isso, mas voltando a sua pergunta sobre... Você estava aqui na FGV, houve dois dias atrás um seminário com o Beltrame²⁰.

H.A. – Não estava.

E.L. – Ele falou, nesse momento, sobre a questão de Santa Teresa. Ele não quer implementar mais UPPs nesse momento, até melhorar a situação em todas. Então, acho que há sempre essa preocupação de melhorar o que existe nesse momento, criar um modelo que realmente funcione, antes de ampliar. Mas acho que sem ampliar isso não vai funcionar, porque se tiver as UPPs só em um número restrito de favelas você está criando programas especiais e não uma filosofia mais generalizada de inclusão, e dentro da polícia para a cidade como um todo. Então, há certo dilema de, por um lado, melhorar o que já existe, o conceito é ótimo, mas se não é uma coisa generalizada dentro da corporação, se é uma coisa que são só alguns policiais que estão fazendo... Isso aconteceu nos Estados Unidos com a polícia comunitária. Se você não criar uma filosofia generalizada sobre a questão da relação polícia-comunidade, isso não vai funcionar, porque esses policiais sempre vão ser os diferentes.

H.A. – Mas a senhora com a sua experiência, conhecendo a polícia carioca, para delimitar ao Rio, sabe o quanto isso é difícil, não é?

E.L. – Claro.

H.A. – É um desafio enorme que começou por aí e quem sabe...

²⁰ José Mariano Beltrame.

E.L. – Ainda existem muitas cabeças assim, dinossauros. Talvez seja uma questão de geração mesmo, formação...É um passo, mas nada garantido. É um passo importante, é a primeira vez, com toda a minha experiência no Rio, que é 40 e poucos anos, que me sinto um pouco otimista, mas acho que há muitas barreiras ainda para enfrentar.

H.A. – Essa situação de Santa Teresa e no Alemão²¹. Acho que agora a gente está vivendo de novo...

E.L. – Agora, é aquela coisa, esses problemas estão sendo esclarecidos. Talvez você possa dizer: “Bom, no passado isso aconteceu e ninguém falou nada.” Então se pode dizer: “Bom, talvez seja um avanço.” Um avanço um pouco restrito, mas é um avanço. Ainda tenho esperança que vai...

H.A. – Elizabeth, para terminar. Acho que seria interessante fazer uma pergunta mais ampla sobre a Fundação Ford no Brasil. Por esses seus 40 e poucos anos de experiência no país e olhando hoje de fora, qual é a perspectiva que a senhora tem desse escritório brasileiro? Qual é o impacto dele nas políticas brasileiras e até no comportamento, digamos, o que isso impactou na sociedade brasileira, a existência de mais de 50 anos de um escritório brasileiro da Fundação Ford?

E.L. – Acho que a Fundação tem que responder à realidade daquele momento, claro que você tem talvez conflitos entre os conceitos que uma fundação americana traz para a realidade daquele país. Você falou alguma coisa antes, que tem várias pessoas que têm criticado o enfoque da Fundação em várias áreas, que era um conceito muito americano.

H.A. – Antes, não é? Acho que no começo, os primeiros donatários tiveram essa impressão.

E.L. – Acho que até, por exemplo, a questão do foco no racismo, das cotas e a ação afirmativa, que várias pessoas acham que é um conceito bem americano. Tem que ter cuidado trazendo

²¹ Complexo do Alemão.

para cá. Então, isso continua, é uma coisa ainda... É aquela coisa, bom, quem sabe se mesmo sendo um conceito americano que vai ter um impacto muito grande no país, mesmo sendo criticado... Acho que há sempre essa tensão, mas voltando a toda essa questão de apoio que a Fundação deu, estou falando mais nos anos 70, 80, porque não conheci a Fundação historicamente. [Risos]

H.A. – Claro.

E.L. – Mas voltando à questão de apoio à educação, às ciências sociais, que acho que tinha um efeito talvez não esperado, porque quando esse apoio foi dado era mais para apoiar as ciências sociais no contexto autoritário, mas que teve um impacto em termos de sociedade civil não esperado. Não é sempre possível prever o efeito que vai ter.

H.A. – Para o bem ou para o mal.

E.L. – Exatamente. Até a ideia de educação, que não é minha, não sei, gostaria de saber o que Nigel²² acha hoje em dia sobre todo esse debate que, às vezes, reflete não que a Fundação está apoiando essas mudanças, mas que reflete as mudanças dentro dos Estados Unidos. Por exemplo, essa questão, não é privatização, mas, por exemplo, essa questão de descentralização, os *charter schools*, todo esse debate agora sobre como você medir, o foco nessa questão de medir.

H.A. – Avaliações.

E.L. – Avaliações que acho que são importantes, mas se o foco é mais sobre avaliação do que...

H.A. – Na educação em si.

E.L. – Exatamente. Como você mede isso? É um debate corrente nos Estados Unidos, atual.

²² Nigel Brooke.

H.A. – É verdade, acho que o Brasil se aproveitou muito desse modelo das avaliações e existe um conflito já muito forte aqui também sobre isso desde o Provão, na época do Fernando Henrique²³, agora o ENEM²⁴...

E.L. – Exatamente. Realmente, o quê você está medindo?

H.A. – Ainda mais em um país continental, não é? Nos Estados Unidos é a mesma coisa, as diferenças todas envolvidas.

E.L. – Exatamente e toda a controvérsia sobre... Não sei se passou aqui aquele filme, vi com o Zé²⁵ nos Estados Unidos, *Waiting For Superman*.

H.A. – Já ouvi falar, não cheguei a ver, foi um grande debate lá, não é?

E.L. – Isso aí, mas as questões são as mesmas aqui. Toda essa questão, essa política de organizações sociais.

H.A. – Sim, OS.

E.L. – Que é um tipo de terceirização e também bate com o debate nos Estados Unidos agora sobre o papel dos sindicatos, que é uma luta grande na política atual dos Estados Unidos.

H.A. – No caso, as OSs, porque essa semana inclusive teve uma questão braba na saúde. Acho que foi aprovado e deu briga lá na assembleia, porque as pessoas queriam entrar para participar e não conseguiam. Realmente as pessoas já veem; quem é crítico diz que é uma privatização. É quase uma privatização do sistema de saúde.

²³ Fernando Henrique Cardoso.

²⁴ Exame Nacional do Ensino Médio.

²⁵ José Marcelo Zacchi.

E.L. – É. Essas questões, que hoje em dia estão sendo fortes nos Estados Unidos, dada a nossa política atual e essa loucura das eleições que estão para vir, mas acho que essas mesmas questões, se não estão sendo debatidas aqui, vão ser.

H.A. – Certo, em breve.

E.L. – Em breve.

H.A. – Agora, a senhora está falando de coisas que vêm dos Estados Unidos para cá, mas ouvi de vários também entrevistados, alguns casos que modelos brasileiros acabaram se reproduzindo em vários outros escritórios, que o Brasil foi modelo, inclusive na área de governança. Tenho a impressão que em algumas coisas...

E.L. – Isso. Acho que a questão de orçamento foi um deles. O que acho ótimo, mas como falei antes, tem que ter cuidado sobre quais são as questões, quais são os detalhes desses modelos que estão sendo exportados. Acho que tem que ter uma discussão qualificada sobre o que quer dizer orçamento no contexto Brasil, orçamento participativo no contexto brasileiro e o que quer dizer em outros contextos.

H.A. – Tanto para entrar, quanto para sair.

E.L. – Isso, até a política sobre a AIDS, por exemplo.

H.A. – Sim, que é uma grande vitória também.

E.L. – Isso.

H.A. – Acho que a Fundação teve uma participação importante nisso.

E.L. – Exatamente.

H.A. – A maneira como está sendo exportada, isso que a senhora está falando.

E.L. – Isso. Então há sempre esse lado bom, mas não pode exportar sem qualificar.

H.A. – Está ótimo! Elizabeth, muito obrigada!

[FIM DO DEPOIMENTO]